

AS PRÁTICAS DE COMBATE AO RACISMO DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE PAU-FERRADO-PE

Maria Geiziane Bezerra Souza; Ítala Michella Almeida

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste - geiziane16@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é um exercício de pesquisa qualitativa realizado na Associação Remanescente Quilombola, localizada em Pau-Ferrado, área rural do município de Lagoa dos Gatos, Agreste de Pernambuco. O mesmo como principal objetivo conhecer quais as experiências educativas de combate ao racismo desenvolvidas pela Associação dos Remanescentes Quilombolas de Pau-Ferrado-PE, analisando o reflexo de tais práticas na Associação e identificando os principais preconceitos sofridos pelos quilombolas de Pau-Ferrado. Para tanto realizou-se um aprofundamento teórico onde foram trazidos para a discussão autores que tratam de questões referentes ao povo negro, bem como de seus principais desafios, tais como: Cardoso (2002), Borges (2002) e Gomes (2002 e 2012), e que por tanto trazem contribuições relevantes para uma melhor compreensão da temática tratada neste trabalho. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, realizamos observação participante e conversas informais com os sujeitos do campo de pesquisa. Nossos dados demonstram que a Associação Remanescentes Quilombolas de Pau-Ferrado tomou consciência da gravidade das práticas racistas em suas vidas e passou a assumir uma luta contra o racismo e ao convencimento de outras pessoas no combate ao mesmo realizando para tanto, dentre outras coisas, reuniões, seminários e palestras.

Palavras-Chave: Quilombola, Racismo, Educação para as relações étnico-raciais.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente artigo se inscreve acerca da discussão sobre racismo e da educação para as relações étnico-raciais. O objetivo principal deste exercício de pesquisa é conhecer as principais práticas educativas no combate ao racismo desenvolvidas por Associações Quilombolas de Pau-Ferrado – PE.

A discussão aqui apresentada é relevante para a educação por contribuir para a afirmação e valorização do negro na sociedade e principalmente na comunidade que ele está situado, reconhecendo e valorizando sua identidade, sua cultura e seus costumes.

No entanto, esta pesquisa está estruturada em: 1) discussão acerca do racismo e 2) educação para as relações étnico-raciais, 3) percurso metodológico, 4) resultados e discussão dos dados e 5) conclusões.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Sabe-se que desde o período escravocrata o povo negro precisou conviver com as mais duras e desumanas formas de exploração do trabalho escravo e sobrevivência. No tocante a essa questão Borges (2002) diz que “a história da colonização no território brasileiro é uma história de diferença entre os homens, marcada desde o início por concepções racistas de superioridade e inferioridade” (BORGES, 2002, p.28). Nesse sentido, concordamos com o autor, uma vez que além de ter sido submetido às mais duras formas de violência permitidas por leis que negavam a dignidade da vida humana permitindo assim a sua escravidão, a esse povo foi imposta a ideia de sua inferioridade racial, posta pela sociedade da época e com a subordinação em relação aos senhores, que tinham em mãos as ferramentas necessárias para afirmar sua superioridade racial e para garantir seus privilégios em relação à inferioridade do negro e de sua raça.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ainda conforme Borges (2002) o racismo: “consiste em dividir o gênero humano em raças para em seguida, hierarquizá-las com base em raciocínios ou explicações científicas” (BORGES, 2002, p.42). Concordamos com a definição de Borges, já que é inegável a existência de inúmeros estudos, pesquisas e teorias que buscam dividir o gênero humano, levando em conta diferenças mínimas entre grupos de sujeitos, por meio das mais diversas metodologias científicas. Contudo pensamos também que trata-se de uma questão ideológica, já que a ciência provou em cada momento histórico da sociedade o que era conveniente às classes dominantes.

Além disso, sabemos que a grande intenção que permeia tais atitudes diz respeito ao interesse de certos grupos em provar quão superior é sua raça em relação a outras. Exemplo disso foi a tentativa de Arthur Smith Woodward, de apresentar como sendo de um primeiro europeu um crânio reconstruído de fragmentos encontrados por Charles Dawson, em Sussex, Inglaterra.

Assim, mesmo quando não dispõem de argumentos suficientemente convincentes para postular a superioridade da raça branca em relação a raça negra apenas no nível de aspectos visíveis, determinados sujeitos que se identificam como brancos e que não são capazes de conviver com as diferenças, tentam de todas as formas recorrer aos diversos campos, como o da ciência, para procurar vestígios insignificantes, mas que possam de alguma forma “demonstrar” que nos aspectos biológicos existem elementos que comprovadamente demonstram a inferioridade do negro.

Atualmente é inegável a ideia de que mesmo com fim do período escravocrata não ocorreram grandes mudanças no que diz respeito à forma como o negro é visto no meio e em relação a sua participação nas mais diversas esferas da vida social. Mas isso nem sempre foi assim, durante muito tempo em nossa sociedade acreditou-se que vivíamos uma “democracia racial”, onde negros e brancos podiam conviver harmoniosamente.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Neste sentido, diante dos resultados das pesquisas que desenvolveu, Florestan Fernandes (2007) afirma:

“[...] essa propalada ‘democracia racial’ não passa, infelizmente, de um mito social. E um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria; ele não ajuda o ‘branco’ no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão do negro”. (FERNANDES, 2007, p. 60)

Assim, concordamos com o autor quando diz que a tão falada “democracia social” não passa de um mito, já que diante das ideias apresentadas por ele e tomando como base diversos acontecimentos históricos é possível perceber que tal democracia não existiu, uma vez que mesmo não se encontrando no período da escravidão, em nossa sociedade prevaleciam os estereótipos e o racismo em torno do negro, onde diversas vezes este era impedido de frequentar lugares públicos destinados ao lazer e não podiam competir de igual modo com “brancos” no mercado de trabalho. Além disso, o panorama de nossa sociedade com o fim da escravidão não garantiu ao povo negro as condições necessárias para sua atuação e ascensão social, diante disso o que ocorreu de fato foi a marginalização desse povo, que sem acesso ao trabalho digno, eram submetidos a situações de vida precária, muitas vezes sem acesso aos direitos mínimos de saúde, alimentação e moradia.

A questão do mito da democracia racial foi uma constante na luta do Movimento Negro e como afirma Cardoso (2002): “paradoxalmente, se por um lado o Movimento Negro denunciaria a ‘democracia racial’ como mito: por outro, na luta pela transformação da sociedade brasileira, o Movimento, naquele período, reivindicaria uma ‘nova’ sociedade, onde exista de fato uma ‘verdadeira’ e autêntica democracia racial”. (CARDOSO, 2002, p.97). De fato concordamos com o autor, pois a história de luta do Movimento Negro demonstra seu interesse pela participação efetiva do povo negro no meio social, ao mesmo tempo em que reivindica a afirmação de sua identidade, o reconhecimento da história e da cultura africana e a desconstrução de uma sociedade racista e preconceituosa, onde o negro não tem vez, nem voz. Para tanto, não bastava ao Movimento a denúncia do mito da “democracia racial”, mas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

era e é de fato necessário, lutar por uma sociedade mais justa, igualitária, tolerante e harmônica.

O racismo persiste em nossa sociedade mesmo nos dias atuais e assim como no passado se manifesta das mais diversas formas e nos diversos ambientes. Partindo desse fato, Gomes (2005) pontua que: “o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação” (GOMES, 2005, p. 47). Concordamos com a autora, pois o que ocorre de fato em nosso meio é a “repulsa ao racismo” nas palavras de indivíduos de praticamente todas as categorias.

Tendo em mente a ideia de que a educação é uma ferramenta utilizada pelas classes dominantes para sua afirmação e para a exclusão dos grupos desfavorecidos, tem-se que a mesma não vem atendendo às necessidades destes últimos e de igual modo não contempla um ensino para as relações étnico-raciais. Moita (2007) diz que: “Os estudos de currículo revelam que o currículo da escola está baseada na cultura dominante, expressa-se na linguagem dominante e é transmitido através do código cultural da dominação” (MOITA, 2007, p. 5).

Concordamos com o autor acima citado, pois para legitimar esta classe dominante excluem-se naturalmente os dominados, os negros e outros grupos que não encontrando seu espaço, “aceitam” ou se “conformam” com a situação que lhe é imposta como se não lhes restassem outra opção.

Gomes (2002) ainda afirma que:

Existe, no interior do espaço escolar, uma determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos, nos discursos, nas relações pedagógicas, nos cartazes afixados nos murais da escola, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si (GOMES, 2002, p. 45).

Caminhamos a passos curtos nesse sentido, onde mesmo com as muitas lutas e algumas conquistas, pouco se fez relação a um ensino que considere de fato as especificidades



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

do povo negro, tais como história, cultura/religião e identidade visando de fato à desconstrução de estereótipos e a efetiva inclusão do negro na sociedade atual.

A educação e a escola tendem a não se manifestar, a “fechar os olhos” diante da necessidade de uma intervenção direta dentro do ambiente escolar no que diz respeito ao racismo e a discriminação, naturalizando ações e ideologias que apostam na exclusão e inferiorização do povo negro.

A inclusão do ensino da História e da Cultura Africana em nossas escolas sempre foi um pleito do Movimento Negro em suas diversas fases de atuação, pelo reconhecimento das contribuições históricas que seus ancestrais africanos tiveram no processo de constituição da história brasileira. Desse modo, para este Movimento há a preocupação de que o ensino na escola se constitua como um meio para disseminação e efetivação de tal reconhecimento pelos indivíduos que compõem este âmbito e pela sociedade de um modo geral. Uma das conquistas de tal Movimento para a educação foi a implantação da Lei 10.639/ 2003. Mas ainda é necessário que tais questões venham a ser efetivamente trabalhadas em sala de aula.

Apesar da Lei 10.639/ 2003 garantir o ensino da história afro no Brasil de forma obrigatória, ainda vemos dentro das instituições este ensino com o caráter mais folclórico do que curricular.

METODOLOGIA

Utilizamos como suporte para análise dos dados enquanto técnica a observação participante, pois esta consiste no contato direto do pesquisador com o campo de estudo, facilitando a compreensão da realidade. Minayo (2008) considera a observação participante como parte essencial do trabalho pedagógico.

Para esta coleta de dados, utilizamos câmera fotográfica e conversas informais com os sujeitos da pesquisa.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As informações coletas no campo de estudo foram registradas no Diário de Campo, tendo em vista que o mesmo trata-se de “um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo” (Lage 2009,p 15)

A análise dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo na perspectiva de Moraes (1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Pau-Ferrado é um local onde na época da escravidão no Brasil os negros escravizados desta região se abrigavam formando um Quilombo. Após centenas de anos da abolição da escravatura, as pessoas que moram neste local são chamadas de quilombolas por serem descendentes dos negros escravizados.

De acordo com relatos de moradores do local os negros escravizados saíam das fazendas onde eram explorados e oprimidos para se refugiarem no meio da mata onde hoje é situada a Associação.

Mediante a análise dos dados, percebemos que a Associação Quilombola de Pau-Ferrado sentiu a necessidade de lutar a partir dos preconceitos raciais que sofriam no município de Lagoa dos Gatos. A fala da advogada, a senhora Zilma ilustra bem esta relação de preconceito racial vivida por toda a comunidade:

“Era muito difícil querer ser moradora de Pau-Ferrado, quando uma pessoa queria xingar outra em Lagoa dos Gatos ela sempre dizia: “Vai neguinho do Pau-Ferrado”... Isso fazia com que as pessoas evitassem de ir à cidade e as crianças não se sentiam a vontade na escola. Era uma situação bem complicada”. (ZILMA, 02/02/2013)

A prática do racismo pode causar prejuízos irreparáveis para as pessoas que são vítimas de tal crime. Tal prática está inserida na sociedade desde tempos remotos e consiste na inferiorização do diferente, a fim de demonstrar a soberania de dado sujeito sobre outro. A



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

este respeito Borges (2002) vai dizer que: “a história da colonização no território brasileiro é uma história de diferença entre os homens, marcada desde o início por concepções racistas de superioridade e inferioridade” (BORGES, 2002, p.28).

Esta relação de soberania por um lado e a condição subalternizada por outro, não é percebida entre os próprios moradores da Associação quilombola apesar do histórico de racismo sofrido, pois entre si não reproduzem o racismo do qual foram vítimas. Isso pode ser observado na fala do senhor Teófilo, quando diz:

Aqui é todo mundo irmão, primo, sobrinho, é tudo parente. Todo mundo gosta de todo mundo, todo mundo cuida de todo mundo. É muito boa a amizade aqui. Ninguém tem medo de ninguém, todo mundo conhece todo mundo e é tudo um igual ao outro. (Teófilo, 03/03/2013).

Como aponta a fala do senhor Teófilo, em Pau-Ferrado há uma relação harmônica e companheirismo entre os sujeitos que compõe a comunidade e esta se apresenta como um espaço onde as pessoas são vistas de forma igualitária.

O Movimento Quilombola em Pau-Ferrado tem encontrado formas de combater o racismo, como afirma Zilma:

Nós organizamos reuniões com a comunidade e mostramos a importância que temos para a sociedade. Mostramos que carregamos as raízes de um povo guerreiro e que isso precisa ser valorizado. Somos descendentes de escravos e precisamos reconhecer essa importância (ZILMA, 07/04/2013).

Em consonância com a organização política do Movimento Quilombola em combater o racismo, Cardoso (2002) afirma que:

“paradoxalmente, se por um lado o Movimento Negro denunciara a ‘democracia racial’ como mito: por outro, na luta pela transformação da sociedade brasileira, o Movimento, naquele período, reivindicará uma ‘nova’ sociedade, onde exista de fato uma ‘verdadeira’ e autêntica democracia racial”. (CARDOSO, 2002, p.97)

E esta tem início com a consciência da alteridade do sujeito que historicamente foi subjugado, e agora passa a não só apenas sair da condição de vítima, mas passa a ter a responsabilidade de transformar a visão das pessoas.



É indiscutível a relevância da educação para as relações étnico-raciais para se viver em uma sociedade mais justa e igualitária, onde os diversos povos possam conviver de forma harmoniosa entre si, sem discriminação ou preconceito.

Entende-se que tal educação vem a contribuir de modo substancial para a afirmação e valorização do povo negro e para o reconhecimento e aceitação de sua identidade, cultura e características corporais tais como a cor da pele.

Porém, muitas vezes a escola não está apta a trabalhar com as questões étnicas e raciais e muito menos com a diminuição do preconceito e da inclusão dos diversos povos, de modo que todos possam se identificar em tal âmbito. E assim o lugar onde deveria imperar o respeito e a diversidade, passa a fechar os olhos para os problemas referentes à discriminação.

Neste sentido, Gomes (2005) afirma que:

“O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas como naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores.”
(GOMES, 2005, p. 11)

Nota-se que essa realidade escolar é algo que acaba interferindo diretamente na vida da maioria das pessoas negras, que acabam não se identificando com a escola e por nela sofrerem preconceitos das mais diversas naturezas.

Tais questões também fizeram parte da realidade das crianças de Pau-Ferrado:

Muito difícil querer ser moradora de Pau-Ferrado, quando uma pessoa queria xingar outra em Lagoa dos Gatos ela sempre dizia: “Vai neguinho de Pau-Ferrado”... Isso fazia com que as pessoas evitassem de ir à cidade e as crianças não se sentiam a vontade na escola. Era uma situação bem complicada (Criança/ Estudante, 02/02/2013).

Assim, para as crianças que precisavam se deslocar de Pau-Ferrado para estudar em Lagoa dos Gatos a escola não era um lugar que lhes afirmava sua condição de humanos,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tampouco um lugar propício para construir sua identidade, já que o que se percebe diante dos relatos é que havia de fato a ausência do reconhecimento das contribuições de tais povos.

O fato de a escola não trabalhar com conteúdos que façam parte da realidade dos sujeitos é um dos fatores que acaba fazendo que a criança não se sinta atraída por ela.

Nesse sentido para Bomfim (2008): “O silenciamento da escola verificado na ausência dos saberes das comunidades quilombolas do campo colabora na uniformidade do saber, ignorando as diferenças culturais” (BOMFIM, 2008. p. 07).

No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais nos demais âmbitos da comunidade, podemos tomar os relatos da senhora Zilma para compreender melhor qual espaço ocupado por ela:

Depois que sofri o preconceito quando fui preencher o formulário no meu trabalho, vi que precisávamos nos organizar para mostrar às pessoas que não éramos inferiores a ninguém, que tínhamos tantas coisas relevantes a serem reconhecidas, aceitas e valorizadas quanto as pessoas brancas, uma vez que temos os mesmos direitos de cidadão que eles perante a lei e somos de igual modo (humanos) (Zilma, 07/04/2013).

Fiquei tão indignada em sofrer o preconceito e em ver o povo daqui sofrer também, mesmo com menor intensidade que no passado, que disse a Sérgio que as coisas não podiam continuar como estavam. Precisávamos nos organizar, mostrar que éramos alguém e que não queríamos mais ser discriminados pela cor de nossa pele e que mais do que isso queríamos respeito. Mas para que isso acontecesse era necessário começar conscientizando nosso próprio povo, era preciso mostrar nossas contribuições para história, valorizar nossa beleza, a beleza que tem a nossa pele. Em fim, era necessário fazer com que as pessoas daqui não se envergonhassem de ser de Pau-Ferrado para depois fortes pudéssemos lutar contra a discriminação com todas as ferramentas necessárias para nossa afirmação. Passamos a fazer, reuniões, palestras, seminários, trazer pessoas de fora que pudessem falar da história de luta e das contribuições dos negros para a sociedade. Assim, desenvolvemos essas ações para toda a comunidade e convidávamos também pessoas que conhecíamos em Lagoa dos Gatos (Zilma, 07/04/2013).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O trabalho com as relações étnico-raciais são apresentados na Associação dos Remanescentes Quilombolas de Pau-Ferrado principalmente em encontros assistemáticos como se pode observar nos relatos da senhora Zilma.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar que os sujeitos da Associação Remanescentes Quilombolas em Pau-Ferrado instigados pelo preconceito que historicamente sofreram como grupo negro e descendentes de escravos, são símbolos de luta e resistência pela não subjugação de sua condição e pelo direito a serem reconhecidos como quilombolas e terem acesso a sua terra conforme garante a lei.

As experiências vivenciadas no campo de estudo nos permite afirmar que a primeira luta enfrentada por este povo foi a luta de sair da condição de subalterno, não aceitando esta condição que a sociedade lhe impunha, para assumir um papel de agente que combate e transforma a sociedade. Sem dúvida a comunidade quilombola de Pau-Ferrado tem passado por um forte movimento de afirmação e reconhecimento e para isso tem se utilizado de reuniões, palestras e seminários a fim de combater as práticas racistas e de conscientizar as pessoas de Pau-Ferrado, bem como de Lagoa dos Gatos quanto aos danos que tais práticas podem causar as vítimas que a sofrem e quanto a relevância do povo negro.

Quanto às categorias elaboradas, mais especificamente a categoria racismo, podemos afirmar que a comunidade Remanescente tomou consciência da gravidade de tais práticas em suas vidas e passa a assumir uma luta contra o racismo e ao convencimento de outras pessoas no combate ao mesmo. No que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, esta acontece à passos lentos em nossa sociedade, mas podemos perceber avanços, no que diz respeito às formas de leis, como por exemplo, de combate ao racismo e da inserção obrigatória do ensino da história e da cultura africana e indígena na escola. Os avanços da Associação Remanescentes Quilombolas de Pau-ferrado neste sentido podem ser observadas justamente na luta por afirmação e reconhecimento, nas reuniões, seminário e palestras



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

realizadas que contribuem com mudanças significativas na forma de ver, tratar e conviver com o outro.

REFERÊNCIAS

BOMFIM. **Políticas de formação cultural no contexto da comunidade remanescente de quilombo: um estudo de caso no sistema de ensino público em Taperoá- BA**, 2008.

BORGES, Edson; MEDEIROS Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2002.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo; Atlas, 2008.

GOMES, in **Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília :Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.236 p.

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Volume I – Dissertação de Doutorado. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

MORAES, R. **Análise de Conteúdo: limites e possibilidades**. In: ENGERS, M.E.A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SOBRAL in **A África está em nós, História e Cultura Afro-Brasileira**, Roberto Benjamin, João Pessoa, Grafset, 2004.